



3801 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

ESCOLA ROSA DORALINA: CAMPO POLÍTICO DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS EM CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS
Maria Jorge dos Santos Leite - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

ESCOLA ROSA DORALINA: CAMPO POLÍTICO DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS EM CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS

Maria Jorge dos Santos Leite

Professora-adjunta da UPE- *Campus* Petrolina.

E-mail: maria.leite@upe.br

Resumo

Neste artigo analiso a luta da comunidade de Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro-PE, por uma educação diferenciada. A metodologia utilizada foi a coleta de dados realizada no período de 2008 a 2012, para minha pesquisa de doutorado. Esses dados foram analisados qualitativamente em interlocução com a literatura sobre a temática. Identifico as escolas locais como campos políticos, tendo como referência o conceito de Pierre Bourdieu (2000, 2004). As escolas são importantes por conduzirem a formação escolar dos jovens quilombolas imbricada a uma formação política, preparando-os para tornarem-se novas lideranças do movimento quilombola, fortalecendo os campos políticos de atuação dos sujeitos. Esses campos foram ampliados com a instituição da Escola Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes, fundada em 2011, e se fortaleceram com a regulamentação desse tipo de escola por meio da Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

Palavras-chaves: escola, campo político, educação

ESCOLA ROSA DORALINA: CAMPO POLÍTICO DE ATUAÇÃO DOS SUJEITOS EM CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS

Introdução

Nos primeiros anos após a abolição, começaram a surgir no Brasil movimentos sociais negros, cujas ações pautavam-se na luta contra o preconceito e a discriminação raciais, e pela inserção dos negros na educação formal, o que possibilitaria também o acesso dos negros ao mundo do trabalho.

Esses movimentos atravessaram todo o século XX, mas somente nas últimas décadas tiveram conquistas mais significativas. Muitas de suas demandas foram incorporadas à Constituição Federal de 1988, como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT-, que reconheceu aos descendentes dos escravos a posse definitiva das terras que ocupam. Desde então, o movimento negro ganhou um novo significado com a (re)organização política dos habitantes das comunidades negras para serem reconhecidos como quilombolas. Uniram-se em torno da noção de comunidade, buscando por meio da(re)elaboração de suas identidades e de uma agenda de lutas, constituírem-se em sujeitos coletivos de direito.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a construção do projeto de educação diferenciada encabeçado pelos quilombolas Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco. E como objetivos específicos: 1- destacar a importância das escolas, principalmente a Escola Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes para a efetivação do projeto de educação diferenciada dos quilombolas; 2- investigar como as escolas, e outros espaços públicos da comunidade se transformam em "campos políticos" de atuação dos quilombolas para o fortalecimento de suas identidades; 3- estudar a legislação que fundamenta o projeto de educação quilombola.

Para atingir esses objetivos, partimos da seguinte problemática: De que forma os habitantes da Comunidade quilombola de constroem o seu projeto de educação diferenciada, constituindo campos políticos de atuação, com o propósito de fortalecer sua identidade negra?

A metodologia utilizada foi a coleta de dados empíricos, através de pesquisa de campo, realizada no período de 2008 a 2012, para a elaboração da tese de doutorado da autora. Como instrumento de pesquisa foram utilizados a entrevista semi-estruturada, a observação participante e análise de documentos. Para este trabalho foi acrescentado o estudo da legislação recente acerca da educação quilombola. Os dados coletados foram analisados qualitativamente em interlocução com a literatura acerca das temáticas abordadas

Desenvolvimento: as escolas como campos políticos

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas constitui-se no 2º Distrito de Salgueiro/PE. A história dessa comunidade teve início do final do século XVIII para o início do século XIX, quando, segundo a história oral, teriam chegado a essa localidade seis mulheres negras (posteriormente conhecidas como as seis crioulas). Os quilombolas, descendentes dessas mulheres, acreditam que elas eram escravas fugitivas de algum domínio senhorial, embora não especifiquem qual. As seis crioulas teriam ali se estabelecido, desenvolvido um plantio de algodão e uma produção manual de fios de algodão, que eram vendidos na cidade de Flores, sertão do Pajeú. Com renda gerada por essa produção as seis crioulas teriam comprado, ainda no início do século XIX, uma extensão territorial de três léguas em quadra.

Além de seus esforços braçais, a compra da terra se tornara possível, também, devido a uma promessa que essas mulheres teriam feito à Nossa Senhora da Conceição, com o seguinte propósito: caso conseguissem tornassem donas das terras nas quais trabalhavam, construiriam uma Igreja em homenagem à santa católica. A graça fora alcançada e Igreja edificada, dando origem à comunidade que recebera o nome Conceição das Crioulas em homenagem à santa católica e às próprias negra, as seis crioulas.

É com base nesse mito fundador que iniciou-se, a partir do final da década de 1980, uma luta pelo reconhecimento de Conceição das Crioulas como comunidade quilombola, e pela implementação dos direitos legalmente instituídos na Constituição Federal de 1988 em favor dessas comunidades. A partir dessa época, a visibilidade pública alcançada por essa comunidade, a partir da atuação de seus sujeitos nos espaços públicos, dentro e fora da comunidade, despertou, e continua despertando, grande interesse de pesquisadores das diversas áreas como, educação, história, sociologia, antropologia, paleontologia, meio ambiente e outras.

A noção de campo político em Pierre Bourdieu é utilizada para nomear os espaços(microsomos) dotados de certa autonomia, ao mesmo tempo submetidos a leis sociais mais amplas (macrocosmo). A relativa autonomia possibilita aos campos a composição de suas próprias regras e leis e a possibilidade de assumir posições e tomar decisões. Sem “jamais escapar às imposições do macrocosmo”, cada campo dispõe, “com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada” (BOURDIEU, 2004, p. 21). A autonomia de um campo aumenta de acordo com sua estruturação e organização política, e para analisá-lo é preciso:

Saber qual é a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências a autonomia, isto é, quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas. (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Não é nossa intenção fazer aqui uma ampla discussão do conceito de campo político, mas apenas tomá-lo como referência para a identificação dos espaços de atuação e práticas das lideranças de Conceição das Crioulas, considerando a abordagem de Pierre Bourdieu(2000; 2004).

Dentre os campos políticos identificados em Conceição das Crioulas, estão as escolas, por estas, enquanto instituição educacional, desempenharem valiosa função na estruturação e fortalecimento do movimento social quilombola. Além da educação formal ministrada nos níveis fundamental e médio, elas se constituem em espaços políticos de produção e reprodução dos discursos em defesa da causa quilombola, dos direitos constitucionais e construção das identidades.

A educação escolar é sempre citada pelas lideranças de Conceição das Crioulas como instrumento de aprendizagem de sua cultura, como um meio pelo qual crianças e jovens aprendem a ter uma consciência negra. É nesse sentido que as escolas se tornam campos políticos, ou seja, espaços de formação das futuras lideranças do movimento.

Até 1995 Conceição das Crioulas possuía apenas uma escola com oferta das séries iniciais do ensino fundamental, muitos adolescentes, jovens e adultos estavam fora do sistema de ensino. Nesse ano foi fundada a Escola Professor José Mendes, com ensino fundamental completo o que significou o retorno dessas gerações aos bancos escolares. Naquela época iniciavam-se as discussões para a organização do movimento quilombola, então a escola passou a ser “local de encontro” de quilombolas de todas as idades, o espaço escolar transformou-se em campo político de atuação e a educação diferenciada tornou-se uma das bandeiras de luta do movimento, conforme relatam os próprios quilombolas:

As conquistas relacionadas à educação em Conceição das Crioulas se intensificou em 1995 com a construção da escola Professor José Mendes; a implantação de um projeto de educação voltado para o fortalecimento da história e da cultura do povo quilombola; e com a contribuição da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas(AQCC), através da comissão de educação, no ano de 2002. A partir daí, os avanços têm sido constantes e tem servido de referência para outras comunidades quilombolas do Brasil(...) Podemos dizer que a educação só tem, de fato sentido, e valor quando é pensada e executada pelo povo. É importante lembrar que todas as conquistas alcançadas têm se dado através da participação da comunidade, de professores e professoras quilombolas, de organizações apoiadoras e parceiras (JORNAL CRIULAS: A VOZ DA RESISTÊNCIA, 2009, p. 4).

O surgimento de uma nova escola, possibilitou a implantação de uma educação que, ao mesmo tempo em que favorece a reconstrução da história dos negros quilombolas, fortalece o movimento por eles organizado. Uma das principais lideranças de Conceição das Crioulas relembra o momento em que se iniciou em Conceição das Crioulas uma luta pela educação, implícita no processo de identificação e reconhecimento da comunidade, enquanto quilombola:

No começo nossa reivindicação era ampliar a oferta de ensino na comunidade para que os jovens não precisassem sair daqui para concluir o ensino fundamental (...) Mas isso foi no início, era o início do nosso reconhecimento como quilombolas. A partir daí começamos a pensar uma forma de educar as crianças sobre a realidade local.(...) Até bem pouco tempo minha comunidade não tinha escola para quem quisesse cursar o ensino médio. Hoje temos em Pernambuco um bom exemplo de educação diferenciada graças à força e a mobilização da comunidade (SILVA, s/d, p. 10).

As instituições escolares fazem parte do cotidiano da comunidade, no sentido em que elas desenvolvem um trabalho pedagógico com a intenção de interferir na realidade, de ressignificar a educação para atender às demandas sociais do grupo. A educação escolar é sempre citada pelas lideranças como instrumento de aprendizagem de sua cultura, como um meio pelo qual crianças e jovens vão aprender a ter uma “consciência negra”. Assim, percebemos que há uma clara intenção de líderes e professores quilombolas de “inculcar” nas novas gerações um sentimento de pertença ao grupo negro. Pois compreendem a identidade como uma espécie de “trunfo” na conquista dos direitos.

Escola quilombola Rosa Doralina Mendes

Na perspectiva dos habitantes de Conceição das Crioulas, a escola para ser quilombola não basta localizar-se em área territorial de um quilombo, ela precisa conduzir um projeto de educação específico, ou diferenciado. Essa compreensão dos sujeitos dessa comunidade fundamenta-se nos documentos oficiais. A educação diferenciada encontra respaldo na Constituição Federal como reconhecimento das

diferenças culturais e na Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB). A partir de 2003 foi acrescentado à LDB o artigo 26A para incluir o conteúdo da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Esse arcabouço jurídico instrumentalizou a população de Conceição das Crioulas não só no fortalecimento da luta por uma educação diferenciada, mas por uma escola que fosse de fato quilombola. Nessa perspectiva, foi fundada em 2011 a Escola Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes. Foi a primeira escola de Conceição das Crioulas a carregar no seu nome a palavra quilombola, sendo também a primeira de nível médio da comunidade. O espaço desta escola para os quilombolas tornou-se um campo propício para a efetivação dos direitos educacionais. Não obstante, logo após o surgimento dessa escola, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, por meio da Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, regulamentando a existência das escolas quilombolas. Essa Resolução segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica(DCN), às quais vieram fortalecer o projeto de educação escolar dos quilombolas de Conceição.

Na perspectiva dessa resolução, a existência de uma escola quilombola se efetiva à medida em que o ensino é referenciado na valorização da história, da cultura, dos saberes e das vivências daqueles que a compõem, do lugar onde estes se encontram. Estes são os caminhos para a construção de uma prática pedagógica voltada para os princípios e anseios da educação diferenciada, tão desejada pelos quilombolas, especialmente os de Conceição das Crioulas.

Toda legislação relacionada à educação diferenciada, juntamente com a instituição da Escola Quilombola Professora Rosa Doralina, com oferta de ensino médio para a população jovem quilombola, colaboram no processo de formação de novas lideranças para o movimento político de Conceição das Crioulas. Dessa forma, as escolas, principalmente a Rosa Doralina, juntamente com outros espaços como a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas-AQCC, o Jornal Crioulas: a Voz da Resistência e os eventos que realizam, constituem os campos políticos de atuação desses sujeitos na defesa de seus direitos, notadamente os relacionados à educação.

Resultados/Conclusão

O movimento social encabeçado pelos habitantes de Conceição das Crioulas se constitui a partir da formação de campos políticos de atuação dos sujeitos. Espaços como a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas-AQCC, o Jornal Crioulas: a Voz da Resistência e as escolas, constituem os principais campos políticos. O que caracteriza as escolas como campos políticos é o fato destas conduzirem a formação escolar dos jovens quilombolas imbricada à formação política, preparando-os para tornarem-se novas lideranças do movimento. Esses campos foram ampliados com a instituição da Escola Quilombola Professora Rosa Doralina Mendes, fundada em 2011, e se fortaleceram com a regulamentação desse tipo de escola por meio da Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, fortalecendo, assim, o projeto de educação diferenciada defendida pelos quilombolas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006

_____. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/03.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senador Federal, 2005.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. **Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico** São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social quilombola: processos educativos**. Curitiba: Appris, 2016.

